

X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ACTA Nº 2

Aos trinta dias do mês de Outubro de dois mil e sete, pelas 15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional. Estavam presentes as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados constantes da respectiva folha de registo.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia (RAR), a Comissão deu início aos seus trabalhos, aprovando a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- **Distribuição e votação da acta nº 1 (23 de Outubro 2007)**
- 2- **Regulamento Interno**
- 3- **Apreciação e votação do relatório referente à Proposta de Lei 162/X/3ª – “Orçamento do Estado para 2008”**
- 4- **Subcomissões**
- 5- **Outros Assuntos**

No ponto relativo à **distribuição e votação da acta n.º 1**, o Sr. Deputado Rui Vieira (PS) começou por recordar ter ficado registado em acta que os Grupos Parlamentares indicariam os Srs. Deputados para efeitos de marcação da Audiência com a AFIA. Nesse sentido, foram indicados, pelos respectivos Grupos Parlamentares, o Sr. Deputado Ventura Leite (PS), o Sr. Deputado Almeida Henriques (PSD), o Sr. Deputado Agostinho Lopes (PCP), o Sr. Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) e a Sra. Deputada Alda Macedo (BE). A Mesa nomeou o Sr. Deputado Ventura Leite responsável pela delegação de Deputados na Audiência. De seguida, procedeu-se à votação da acta, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

No ponto 2 da Ordem de Trabalhos, referente à proposta de **Regulamento Interno**, elaborada no seguimento do artigo 106.º do RAR, o Sr. Deputado Rui Vieira começou por propor dois aditamentos à proposta já previamente enviada aos Srs. Deputados: (i) inclusão da alínea d) no artigo 2.º (referente às Competências da CAEIDR), no seguimento da sugestão do Sr. Deputado Almeida Henriques de assegurar a articulação com as matérias europeias; (ii) inclusão de um novo artigo – artigo 20.º - onde esteja contemplada a tramitação de uma petição em sede da Comissão, no seguimento da sugestão do Sr. Deputado Ventura Leite.

Findo este considerando, a Sra. Deputada Rosário Águas (PSD) solicitou um esclarecimento relativamente à alínea j) do artigo 2.º da proposta de Regulamento – “*Apreciar questões relativas ao Regimento e mandatos*” – ao que o Sr. Deputado Rui Vieira replicou que as “questões relativas ao Regimento” devem ser interpretadas no âmbito do funcionamento da CAEIDR. Analogamente, a apreciação de “questões relativas a mandatos” refere-se, nomeadamente, à comunicação ao Presidente da Comissão da alteração do mandato por parte de Deputado(s) da Comissão.

Seguidamente, a proposta de Regulamento Interno da Comissão foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

---

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

---

Quanto ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos, relativo à **Apreciação e votação do relatório referente à Proposta de Lei 162/X/3ª – “Orçamento do Estado para 2008”**, o Sr. Deputado Rui Vieira referiu ter sido informado pela Sra. Deputada Rosário Águas (relatora) das dificuldades decorrentes, nomeadamente, do curto espaço de tempo para elaborar o relatório. Informou ainda que o relatório da CAEIDR é integrado no relatório da Comissão de Orçamento e Finanças sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2008. A Sra. Deputada Rosário Águas referiu ter conhecimento que algumas Comissões irão aprovar o respectivo relatório na semana seguinte, mostrando-se disponível para apresentar o Relatório na reunião em curso ou na reunião seguinte. O Sr. Deputado Rui Vieira convocou então uma reunião da CAEIDR para quarta-feira, 31 de Outubro, pelas 15h, com vista a discutir e submeter a votação o relatório supra-referido, dando assim mais tempo aos Srs. Deputados para analisarem o documento produzido pela Sra. Deputada Rosário Águas.

No ponto 4 da Ordem de Trabalhos, referente às **Subcomissões**, o Sr. Deputado Rui Vieira começou por referir o disposto no artigo 33.º do RAR, no que diz respeito à criação de subcomissões, referindo que tal é proposto ao Presidente da Assembleia da República (PAR), e do seu diferimento decorre a comunicação, por parte dos Grupos Parlamentares, dos Deputados que integrarão a(s) Subcomissão(ões).

O Sr. Deputado Afonso Candal apresentou uma proposta do Grupo Parlamentar do PS, no sentido de o Sr. Presidente da Comissão defender junto do PAR a manutenção das Subcomissões previamente existentes na Comissão, bem como o número de Deputados. Adicionalmente, sugeriu a definição de critérios mais exigentes para a criação de Grupos de Trabalho.

A Sra. Deputada Rosário Águas apresentou a proposta do Grupo Parlamentar do PSD – distribuída pelos Deputados presentes na reunião – no sentido de constituir a “Subcomissão para o Acompanhamento do QREN<sup>1</sup>” mantendo as já existentes e proceder-se a uma redução do número de Deputados membros das Subcomissões.

O Sr. Deputado Almeida Henriques recordou a apresentação feita pelo PSD em Plenário, relativa à criação de uma Comissão Eventual para o acompanhamento do QREN, proposta aceite por todos os Grupos Parlamentares com excepção do do PS, tendo sido rejeitada. Considera importante haver um acompanhamento crítico do QREN, no âmbito dos seus Programas Operacionais Temáticos e Regionais, tarefa que poderia ser desempenhada por uma Subcomissão.

O Sr. Deputado Helder Amaral referiu que a posição do Grupo Parlamentar do CDS-PP é a de manter as duas Subcomissões existentes, para além de propor integrar, na Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (SCADRP) a Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. Considerou que a constituição de um Grupo de Trabalho poderia revelar-se uma boa opção, nomeadamente na questão do acompanhamento do QREN, com vista a agilizar os trabalhos, com a participação de um Deputado de cada Grupo Parlamentar.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes começou por lamentar não ter sido aprovada a criação da Comissão de Agricultura. É da opinião que se devem manter as duas Subcomissões já existentes. Quanto à proposta efectuada pelo Grupo Parlamentar do PSD, recorda que o PCP esteve de acordo com a criação de uma Comissão Eventual, mas não concorda com a criação de mais uma Subcomissão, sendo, porém, a favor da criação de um Grupo de Trabalho.

---

<sup>1</sup> Quadro de Referência Estratégico Nacional.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

---

A Sra. Deputada Alda Macedo considerou que o importante é assegurar o funcionamento da CAEIDR e que a reflexão em torno da proposta do Grupo Parlamentar do PSD deveria ser feita, igualmente, quanto às outras Subcomissões. Considerou que se afigura como pertinente a existência da SCADRP mas não no caso da Subcomissão de Turismo (SCT), solicitando que os Srs. Deputados defensores desta opção a justificassem. Quanto ao QREN, a Sra. Deputada considerou fazer todo o sentido a constituição de uma Subcomissão vocacionada para o seu acompanhamento.

O Sr. Deputado Afonso Candal apontou três considerandos: (i) a redução do número de membros efectivos da Comissão não implica a redução dos Deputados membros de Subcomissões, recordando ser a Comissão composta por Deputados efectivos e suplentes; (ii) existe um constrangimento político pelo facto de a criação de mais Subcomissões gerar, efectivamente, um problema quanto ao número de Deputados; (iii) quanto à proposta do Grupo Parlamentar do PSD, o acompanhamento do QREN tem um carácter multidisciplinar, abarcando áreas da competência de outras Comissões Parlamentares, como a Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território (no que diz respeito ao papel dos Municípios). Concluindo, defendeu que o acompanhamento do QREN deve ser visto no contexto do Plano de Actividades da CAEIDR.

O Sr. Deputado Mendes Bota (PSD) considerou não haver necessidade de defender a manutenção da SCT, dado o consenso político existente, com excepção da posição da Sra. Deputada Alda Macedo. Referiu que a actividade da SCT tem contribuído para levantar questões relevantes nesta matéria, recordando, ainda, as alterações estruturais pelas quais o sector turístico está a passar, as quais devem ser acompanhadas, designadamente no que diz respeito à flexibilidade.

O Sr. Deputado Hugo Velosa (PSD) começou por referir que as alterações regimentais têm suscitado dificuldades no processo de acompanhamento e fiscalização dos actos do Governo por parte dos Deputados, estando este processo governamentalizado. Recordou que a CAEIDR reporta a três Ministros, devendo a constituição de Subcomissões ter presente esse factor. Quanto à questão do argumento do número de Deputados, considera ser um argumento falacioso, dado que bastaria reduzir 1 ou 2 Deputados por Grupo Parlamentar para se viabilizar a criação de uma nova Subcomissão.

O Sr. Deputado Almeida Henriques referiu que, sendo o acompanhamento do QREN efectuado em sede de Subcomissão ou no âmbito das actividades da CAEIDR, este não deverá ser fragmentado por diversas Comissões Parlamentares, acrescentando que o Grupo Parlamentar do PSD não se coibirá de apresentar iniciativas de acompanhamento do QREN em sede da Comissão.

O Sr. Deputado Afonso Candal concordou, referindo a possibilidade de os diversos Grupos Parlamentares poderem apresentar iniciativas de controlo e fiscalização da actividade governativa. No âmbito da discussão sobre o papel das entidades regionais e locais no QREN, recordou existir a participação das Regiões e Municípios no processo de acompanhamento do QREN.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes, no seguimento do referido pelo Sr. Deputado Afonso Candal, considerou que, na ausência das Regiões administrativas, o órgão com legitimidade democrática é a Autarquia, que deveria ter um papel mais relevante em matéria do QREN.

A Sra. Deputada Rosário Águas discordou da posição do Grupo Parlamentar do PS quanto à questão da redução do número de Deputados nas Subcomissões, lamentando não haver disponibilidade por parte deste Grupo Parlamentar para rever esta questão, no seguimento da redução do número de Deputados da Comissão.

O Sr. Deputado Rui Vieira recordou que ainda não estava em discussão o número de membros das Subcomissões. No que diz respeito à SCADRP, considerou que esta tem uma actividade muito considerável, pelo que dificilmente se conseguiria reduzir o número de Deputados. Porém, tal não

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

significa que não se possa reduzir o número de Deputados noutras Subcomissões. Quanto ao QREN, com ou sem Subcomissão específica nesta matéria, considerou que a CAEIDR não se demitirá da sua competência do seu acompanhamento. Finalmente, referiu que o aumento do número de Subcomissões dificulta o desenrolar profícuo dos trabalhos da Comissão.

Nesse sentido, o Sr. Deputado Rui Vieira colocou à votação a constituição da Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, foi analisada a questão da composição da Subcomissão. O Sr. Deputado Rui Vieira recordou que em algumas Subcomissões os Grupos Parlamentares “pequenos” não se fazem representar, o que efectivamente sucedia na SCADRP anterior, em que o Bloco de Esquerda não estava representado na SCADRP. Nesse sentido, o Sr. Deputado Rui Vieira considerou ser razoável a proposta do Grupo Parlamentar do PSD de ponderar a redução do número de Deputados.

O Sr. Deputado Afonso Candal considerou, porém, dever ser dada a todos os Grupos Parlamentares a possibilidade de decidirem fazer-se representar ou não, opinando ainda que a redução deveria ter um carácter minimalista.

O Sr. Deputado Helder Amaral referiu que o CDS-PP faz questão de estar presente nas duas Subcomissões.

A Sra. Deputada Rosário Águas apresentou, então, a proposta de uma Subcomissão ser constituída por 11 Deputados, com a seguinte distribuição: 4 PS, 3 PSD, 1 CDS-PP, 1 PCP e os restantes 2 a averiguar quanto ao interesse dos Grupos Parlamentares “pequenos” – caso 1 deles não se fizesse representar, esse Deputado reverteria a favor do PS, se ambos os Grupos Parlamentares não se fizessem representar, o segundo Deputado reverteria a favor do PSD.

O Sr. Deputado Afonso Candal considerou que a redução do número de Deputados membros de uma Subcomissão seria feita à custa de Deputados do PS.

O Sr. Deputado Rui Vieira referiu então que a Mesa iria efectuar uma consulta prévia aos Grupos Parlamentares “pequenos”, a saber o Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista “Os Verdes”, a fim de aferir do seu interesse em integrar as Subcomissões.

O Sr. Deputado Miguel Ginestal (PS) referiu que a redução do número de Deputados da SCADRP dificultará a prossecução do Plano de Actividades previsto para as Sessões Legislativas restantes da X Legislatura, reiterando que o número de Deputados da Subcomissão se deve manter.

O Sr. Deputado Afonso Candal apresentou a seguinte proposta de distribuição de Deputados, consoante a manifestação de interesses dos Grupos Parlamentares “pequenos”:

Grupo Parlamentar	Número de Deputados na Subcomissão consoante a posição dos Grupos Parlamentares Pequenos		
	Nem BE nem PEV se fazem representar	BE ou PEV faz-se representar, o outro não	BE e PEV fazem-se representar
PS	6	7	7
PSD	3	3	3
CDS-PP	1	1	1
PCP	1	1	1
BE ou PEV	0	1	2
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>14</b>

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Sr. Deputado Rui Vieira recordou que as Subcomissões não têm competência deliberativa, sendo que o número de Deputados de uma Subcomissão se justifica em função da sua actividade. Registou a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Afonso Candal, recordando a deliberação anterior de a Mesa efectuar uma consulta prévia aos Grupos Parlamentares “pequenos”.

De seguida, colocou à votação a constituição da Subcomissão de Turismo, tendo esta sido aprovada por unanimidade. Quanto à definição do número de Deputados, foi deliberado pela Comissão seguir o mesmo critério aprovado para a SCADRP.

Finalmente, foi colocada à votação a proposta do Grupo Parlamentar do PSD, de constituição da Subcomissão para o Acompanhamento do QREN. A proposta foi rejeitada, ficando registado, por solicitação de um Sr. Deputado, e de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 107.º do RAR, o sentido dos votos:

<b>Grupo Parlamentar</b>	<b>N.º de Votos</b>	<b>Sentido Expresso</b>
PSD	6	Favor
PCP	1	Abstenção
PEV	1	
PS	9	Rejeição
CDS-PP	1	
BE	- *	-
<b>Total de Votos</b>	<b>18, Rejeição</b>	

\* A Sra. Deputada Alda Macedo não votou porque entretanto se ausentara da reunião.

No ponto 5 da Ordem de Trabalhos, relativo aos **Outros Assuntos**, o Sr. Deputado Rui Vieira deu conta de algumas regras a observar quanto à folha de assinaturas, para efeitos de contabilização de presenças nas reuniões da Comissão.

Igualmente, solicitou a indicação, por parte dos Grupos Parlamentares, dos seus respectivos Coordenadores e substitutos, de acordo com o disposto no artigo 7.º do Regulamento Interno da Comissão, tendo esta solicitação tido resposta imediata: foi indicada a Sra. Deputada Rosário Águas como Coordenadora do PSD; o Sr. Deputado Hélder Amaral como Coordenador do CDS-PP (sendo o seu substituto o Sr. Deputado Telmo Correia); o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes como Coordenador do PEV; a Sra. Deputada Alda Macedo como Coordenadora do BE; o Sr. Deputado Afonso Candal como Coordenador do PS (sendo o seu substituto o Sr. Deputado Jorge Seguro) e, finalmente, o Sr. Deputado Agostinho Lopes (sendo o seu substituto o Sr. Deputado José Soeiro).

De acordo com o disposto no RAR, quanto à audição de Membros do Governo (no âmbito do artigo 104º), e de dirigentes, funcionários e contratados da administração indirecta do Estado e do sector empresarial do Estado (alínea b) do número 2 do artigo 102º), o Sr. Deputado Rui Vieira informou a Comissão das novas regras: no caso da audição a Membros do Governo, deve o uso da palavra ser feito inicialmente pelo Grupo Parlamentar do PSD, seguido dos restantes Grupos Parlamentares por ordem de representatividade, sendo o PS o último. A regra para as audições parlamentares previstas na alínea b) do número 2 do artigo 102º é a da ordem genérica da representatividade, sendo o Grupo Parlamentar do PS o primeiro a usar da palavra. Não há limite dos tempos de intervenção dos Grupos Parlamentares, nem o número de voltas de uso da palavra.

---

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

---

O Sr. Deputado Afonso Candal sugeriu que, para melhor organização dos trabalhos, a reunião da Comissão deveria ter uma hora de início e de fim previstas. Levantou ainda a questão do momento em que deve ser feita a comunicação da substituição de um Deputado efectivo por um Deputado suplente, e em que moldes deve esta ser feita. Referiu ainda o disposto no n.º 6 do artigo 30.º do RAR.

O Sr. Deputado Rui Vieira referiu estar em preparação uma nota com as diversas dúvidas suscitadas pela aplicação do novo RAR, a apresentar ao PAR em reunião dos Presidentes das Comissões Parlamentares, solicitando os devidos esclarecimentos.

Referiu ainda a necessidade de se ter em consideração a grelha de agendamentos potestativos por Sessão Legislativa, ao dispor dos Grupos Parlamentares conforme disposto no n.º 4 do artigo 104.º do RAR, devendo os Grupos Parlamentares explicitar quando pretenderem que o seu agendamento seja considerado nesses termos.

Finalmente, foi analisado o expediente, tendo sido deliberado adiar, para discussão e aprovação, o ofício da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, o ofício da REN em, resposta ao pedido de esclarecimentos da Comissão previamente feito e o Requerimento apresentado pelo PCP. Para nota dos serviços de apoio à Comissão, foi deliberado que a apreciação e votação de Requerimentos dos Grupos Parlamentares deve constar de ponto autónomo da Ordem de Trabalhos.

Cada Grupo Parlamentar ficou de indicar um Deputado para a Audiência a conceder à APED.

A reunião seguinte da Comissão ficou marcada para dia 31 de Outubro, pelas 15h.

A reunião foi dada por encerrada pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Lisboa, 31 de Outubro de 2007.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

**(Rui Vieira)**